



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10850.000283/91-61

Sessão de: 06 de julho de 1993

Recurso no: 88.348

Recorrente: PIGARI MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Recorrida: DRF EM SÃO JOSE DO RIO PRETO - SP

D I L I G E N C I A no 203-00.123

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PIGARI MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligéncia, nos termos do voto do relator.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 1993.

RODALVO VITAL GONZAGA SANTOS -- Presidente

SEBASTIÃO BORGES TAGUARY -- Relator

RODRIGO DARDEAU VIEIRA -- Procurador-Representante
da Fazenda Nacional



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 10850.000283/91-61

Recurso no: 88.348

Diligência no: 203-00.123

Recorrente: PIGARI MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA.

RELATORIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Como se observa, trata-se de mais um processo lançado como decorrente de fiscalização do IRPJ.

Embora entenda que as decisões destes não estejam necessariamente vinculadas às que forem proferidas no dito "processo-matriz", também venho entendendo que, na maioria dos casos, os elementos deste último muito contribuem para o melhor esclarecimento e deslinde da matéria aqui tratada.

Entre esses elementos, inclui-se a decisão de última instância administrativa no "processo-matriz", consubstanciada no correspondente acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes.

Assim sendo, tendo em vista as considerações aqui emitidas, proponho que se converta o julgamento em diligência junto à repartição de origem para que a mesma se digne de, tão logo disponha dos referidos elementos, inclusive da decisão do Primeiro Conselho de contribuintes, providenciar a sua anexação ao presente processo, por cópia, para a já mencionada finalidade, devolvendo-o, em seguida, a esta Câmara.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 1993.

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY